

# O CONTACTO NO ACOLHIMENTO FAMILIAR: NOVELOS DO PASSADO, LINHAS DO PRESENTE, LAÇOS DO FUTURO

## RESUMO

O acolhimento familiar constitui, na maioria dos países ocidentais, a primeira e a mais expressiva resposta de colocação de crianças que são retiradas às suas famílias biológicas, proporcionando-lhes um contexto familiar estável, decisivo para o seu processo de desenvolvimento. Neste processo ganha especial importância o contacto com as famílias de origem, quando daí não resulte qualquer dano para a criança, de forma a mitigar sentimentos de abandono e de rejeição e preparar a reunificação familiar, se tal for possível e desejável. Em Portugal, o acolhimento familiar encontra-se institucionalizado desde a década de setenta do século passado e constitui-se como uma medida residual, verificando-se inclusivamente um decréscimo da aplicação da medida nos últimos anos.

Esta comunicação tem como objetivo contextualizar brevemente esta medida de proteção à infância e apresentar os contornos metodológicos, bem como os primeiros resultados, do Projeto de Investigação “O Contacto no acolhimento familiar: padrões, resultados e modelos de gestão”. É necessário construir conhecimento acerca do contacto entre famílias e crianças em acolhimento familiar, nomeadamente ao nível da identificação dos autores das visitas, dos locais onde ocorrem, da determinação da sua frequência e das reações emocionais e comportamentais da criança após as visitas. Mas este conhecimento deverá ser útil ao desenvolvimento dos sujeitos, resultando dele a transformação dos contextos mais vulneráveis e ficando disponível para a avaliação da medida do acolhimento familiar.

## INTRODUÇÃO

Por assumir um papel inquestionável no desenvolvimento pessoal e social das crianças, “o direito à família é um dos direitos de provisão mais consensuais” (Soares, 2005, p. 304). A família é o primeiro grupo que acolhe a criança, a educa e protege, promovendo o seu bem-estar e desenvolvimento. As interações familiares são a matriz de relações mais alargadas, e a vida familiar cria raízes de segurança que permitem o alargamento territorial de casa para a escola, comunidade, mundo.

Os comportamentos parentais, as condições de vida e os vínculos estabelecidos na primeira infância têm implicações na organização da personalidade dos sujeitos, na capacidade de estabelecimento de vínculos, no acesso ao conhecimento, no modo como o sujeito se representa e vê o mundo. Então, perante situações graves vividas na família e que constituem perigo para a criança, colocando em causa o seu bem-estar e desenvolvimento, surge a necessidade de retirada da criança à família biológica, no superior interesse da mesma, e o seu reencaminhamento para uma resposta alternativa. Nestas circunstâncias, o acolhimento familiar constitui-se como uma das medidas de proteção das crianças e jovens.

Na maioria dos países europeus, a colocação em Acolhimento Familiar mostra-se como a resposta com maior expressão, no entanto, o sistema português continua a centrar-se na institucionalização de menores (Delgado, 2010).

A investigação sobre as medidas de proteção à infância é escassa, o que tem contribuído para o pouco conhecimento acerca do Acolhimento Familiar (AF). O Projeto de Investigação “O Contacto no acolhimento familiar: padrões, resultados e modelos de gestão”, integrado no Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, iniciado em 2013, será um contributo para tornar mais conhecida e eficaz a colocação em acolhimento familiar, para onde evoluirá provavelmente o sistema de protecção português a curto/médio prazo, atendendo ao contexto internacional.

Bertão, Ana  
Ferreira, Mariana  
Oliveira, Joana  
*Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto*  
Carvalho, João  
*Instituto Universitário da Maia (ISMAI/CESNOVA/UNICES)*  
anabertao@ese.ipp.pt; mariana.ferreira.1990@gmail.com; joana.oliveira.18@hotmail.com; jcarvalho@ismai.pt

### Palavras-chave

acolhimento familiar, contacto, família de origem, família de acolhimento

Este é um projeto inovador no contexto nacional, uma vez que as abordagens desenvolvidas em Portugal, até à data, não contemplam as especificidades do contacto, e pode assumir uma dupla importância: 1. no âmbito da definição das políticas de proteção à infância e das medidas de colocação; 2. no contexto da educação social, ao nível da intervenção com as famílias, envolvendo acolhedores e pais na construção de um espaço familiar seguro.

## O ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS: BREVE CONCEPTUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEDIDA EM PORTUGAL

A medida de AF assenta no pressuposto de que o ambiente familiar é o contexto mais favorável ao desenvolvimento das crianças, desde que tenha condições para promover o seu bem-estar, desenvolvimento e educação. Contudo, quando não estão reunidas estas condições, é sempre preferível deslocar a criança para outro ambiente familiar, onde possa ser integrada, cuidada e afetivamente investida, e que funcione, temporariamente, como família de substituição:

“(…) el acogimiento familiar es una medida de protección por la guarda de un menor se va a ejercer por una persona a familia que asume las obligaciones de velar por él, tenerlo en su compañía, alimentarlo, educarlo y procurarle una formación integral” (Mañes, 2004, p.320).

Com esta medida pretende-se oferecer à criança um contexto familiar estável, crucial ao desenvolvimento de sentimentos de segurança e permanência, bem como a possibilidade de manter o contacto com a sua família biológica (Delgado, Carvalho, & Pinto, 2013, p. 126), de modo a que se mantenham os laços familiares, quando deles não resulta perigo para a criança. A vivência do acolhimento familiar pretende constituir-se como uma

mudança positiva e o início de uma etapa de vida mais promissora para a criança (Amorós & Palacios, 2004).

Ancorado no espírito de grupo e na solidariedade familiar e comunitária, o acolhimento familiar privado, tal como a adoção, esteve sempre presente na sociedade portuguesa, concretizando-se como uma prática combinada entre famílias ou de assistência às crianças órfãs ou abandonadas por parte da Igreja Católica; é no entanto mais recente, com maior desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, a perspetiva de que o Estado tem o dever de intervir sobre as famílias para proteger as crianças, quando necessário (nas situações de negligência e de maus tratos, por exemplo) (Delgado, 2013b; Soares, 2005).

No plano normativo, em Portugal, o decreto-lei n.º 288/79, de 13 de agosto, institucionalizou pela primeira vez o acolhimento familiar, tornando legal “uma prática crescente, espontânea ou promovida por iniciativa dos serviços de ação social do estado ou das instituições privadas de solidariedade social.” (Delgado, 2010, p. 337).

Atualmente, vigora o decreto-lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, que define o acolhimento familiar como a “atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, e visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento” (art.2º). A grande alteração relativamente à lei anterior consiste na admissão, apenas, de famílias de acolhimento cujos membros não possuam qualquer grau de parentesco com os menores e que não estejam candidatos à medida de adoção (decreto-lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro).

Em Portugal, o acolhimento institucional continua a ser a medida de colocação mais expressiva, enquanto na maior parte dos países ocidentais, o AF assume-se como a primeira medida de colocação das crianças (Eurochild, 2010; Colton & Williams, 1997, 2006). Embora, o sucesso desta medida dependa de diversas variáveis, vários estudos reforçam o seu impacto positivo na vida das crianças (Del Valle, López, Montserrat, & Bravo, 2008; Triseliotis, Borland, & Hill, 2000).

Dados do último Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens em Portugal (Instituto da Segurança Social, 2014) indicam que, em 2013, encontravam-se em situação de acolhimento 8445 menores, valor que tem sofrido um decréscimo desde 2006, ano em que 12245 menores se encontravam em situação de acolhimento. Também o número de famílias de acolhimento tem vindo a diminuir desde esta data. Este decréscimo relaciona-se com a mudança legislativa que decorreu em 2008, retirando a possibilidade de acolhimento em famílias com laços de parentesco com a criança ou jovem bem como o facto de a seleção e formação de novas famílias de acolhimento não se constituir como uma prioridade.

Os números apresentados no referido relatório evidenciam a diferente aplicação das medidas de colocação das crianças, predominando a colocação institucional: em 2013, 65% estão em Lares de Infância e Juventude, 24% em Centros de Acolhimento Temporário, e apenas 4.4% se encontra em AF. Geograficamente, esta medida possui maior expressão na zona Norte do país, nos distritos do Porto (35.6%), Braga (15%), Vila Real (13%) e Viana do Castelo (11%). Nas regiões Centro e Sul, a colocação é diminuta ou ausente. Dados do Relatório evidenciam, ainda, que apesar do AF se constituir, legalmente, como uma medida temporária, devido à possibilidade de retorno à família de origem, cerca de 60% do total das crianças encontra-se com a medida aplicada há mais de cinco anos, e para 18% prevê-se o acolhimento permanente (Instituto da Segurança Social, 2014).

A caracterização das crianças e dos jovens em situação de AF, no distrito do Porto, realizada no âmbito do projeto de investigação “O Acolhimento Familiar no Distrito do Porto” (Delgado, 2013a) revela que das 289 crianças e jovens em medida de acolhimento familiar naquele distrito, em 2012, a maioria tinha mais de 12 anos de idade (18.7% tinham mais de 17 anos), muitas com problemas de saúde e desenvolvimentais, e com percursos escolares marcados por várias retenções, no início da colocação, aspetos que foram sendo ultrapassados ao longo do processo de acolhimento (Sampaio, Bertão, Timóteo, & Carvalho, 2013). Este estudo revelou que o acolhimento é avaliado como de sucesso por acolhedores, equipas de acolhimento e jovens em acolhimento.

No âmbito da investigação referida, as crianças e jovens realçaram a irregularidade dos contactos com as suas famílias de origem, as memórias marcadas pelas experiências de maus tratos, as saudades e a vontade de poderem decidir sobre o tipo de contacto que querem manter (Timóteo & Alheiro, 2013). Tais resultados levam à necessidade de um conhecimento aprofundado sobre o contacto, onde os aspetos relacionados com a identificação dos autores das visitas, os locais onde ocorrem, a determinação da sua frequência e das reações emocionais e comportamentais que a criança manifesta após as visitas devem ser contemplados, de modo a otimizar o processo.

## O PROJETO “CONTACTO NO ACOLHIMENTO FAMILIAR: PADRÕES, RESULTADOS E MODELOS DE GESTÃO”

O projeto de investigação “Contacto no acolhimento familiar: padrões, resultados e modelos de gestão” teve início em 2013 e surgiu na sequência do Projeto “O Acolhimento Familiar no Distrito do Porto”. Tal como o anterior, é um projeto integrado no inED e a equipa de investigadores é coordenada pelo Professor Doutor Paulo Delgado e formada por investigadores das áreas da Psicologia, da Sociologia, da Educação e do Direito.

A área geográfica em estudo será o distrito do Porto, englobando todos as colocações em AF enquadradas pelo Núcleo de Infância e Juventude, do Centro Distrital da Segurança Social do Porto, e pela Mundos de Vida (IPSS), instituições parceiras no projeto e responsáveis pela aplicação da medida.

Quanto à finalidade, este estudo pretende contribuir para uma melhor tomada de decisão quanto ao projeto de vida das crianças acolhidas, seja este a manutenção no acolhimento, com ou sem contactos, a transição para outra resposta, como a adoção, ou o regresso à família de origem.

O Projeto desenvolve-se numa metodologia mista, de cariz quantitativo e qualitativo, e recorre a métodos e técnicas diversificados (questionários, entrevistas e focus groups), em função

dos objetivos e dos sujeitos envolvidos, permitindo uma triangulação de dados que reforça a validade dos resultados. Pretende-se aliar a perspectiva investigativa à intervenção social, e que a produção de conhecimento se faça a par de mudanças na realidade, uma vez que se parte de uma visão da educação social que se quer

*“transformadora das realidades sociais injustas e incapacitantes do pleno desenvolvimento do ser humano e da própria sociedade e, simultaneamente, necessita de ser, ela própria, transformativa, assumindo a permanente ligação à vida e às suas constantes reconfigurações sociais, assumindo-se igualmente como promotora de respostas sociais em desenvolvimento, devidamente ancorada numa permanente reflexão”* (Timóteo & Bertão, 2012, p.16).

Ora, o contexto do acolhimento familiar envolve teias relacionais complexas, onde a solidariedade, a aliança, o amor se cruzam com a competição, o medo e a separação, onde variáveis individuais, mais ou menos conscientes, agem simultâneas a variáveis situacionais, e onde as fronteiras entre o público e o privado ganham novos contornos. A escuta de todos os intervenientes permite colocar cada sujeito no lugar central da história e oferecer, a partir daqui, o lugar à reflexão sobre as práticas.

O objetivo geral do projeto é analisar os resultados do contacto entre a criança em AF e a sua família de origem, bem como as causas da sua existência ou cessação. Definiram-se como objetivos específicos:

1. Recolher e analisar a perspectiva da equipa de acolhimento, dos acolhedores, das crianças acolhidas e da família biológica sobre: os autores das visitas: local, frequência, e resultados dos contactos; as dificuldades sentidas na sua realização; o desempenho da Equipa de Acolhimento na planificação e no acompanhamento dos contactos.
2. Identificar e averiguar os processos e as causas que conduziram à inexistência ou à cessação do contacto / visitas.

3. Identificar mudanças a introduzir na organização e realização dos contactos, de modo a aperfeiçoar a gestão e o acompanhamento das colocações.
4. Estudar em detalhe uma pequena amostra de acolhimentos correspondentes aos 4 padrões de consequências do contacto: reações positivas, negativas, mistas ou de indiferença.
5. Analisar as vantagens e os riscos da manutenção do contacto bem como a necessidade de possíveis alterações ao nível dos autores, da frequência e do local das visitas que possam desencadear resultados adequados ao bem-estar da criança e à manutenção dos laços familiares.
6. Organizar workshops para os membros da equipa de acolhimento, os acolhedores e os elementos da família de origem, separadamente ou em conjunto, procurando refletir, a partir da experiência prática, sobre aspetos associados à preparação, realização e avaliação do contacto, alertando para as vantagens, consequências e desafios que lhe estão associados.
7. Identificar os pontos fortes dos acolhedores e as áreas que necessitam de apoio e desenvolvimento, de modo a promover a qualidade dos cuidados às crianças e jovens em acolhimento.

Para cumprimento do primeiro objetivo, já foram realizados e preenchidos os questionários às equipas e famílias de acolhimento sobre todas as situações de acolhimento em que existem contactos ou visitas. Para a consecução do segundo objetivo, selecionou-se uma amostra de 18 crianças e jovens que mantêm contacto com as famílias de origem e formaram-se três grupos focais, mistos quanto ao género, com o mesmo número de elementos, e organizados em função da idade, de modo a assegurar a sua representatividade. Serão, na fase seguinte, realizadas entrevistas semi-estruturadas, individuais, aos acolhedores destas crianças e jovens, às suas famílias de origem e aos técnicos que os/as acompanham.

Para se investigar as causas e os processos que provocaram a cessação dos contactos ou o que conduziu à sua inexistência (terceiro objetivo), recolher-se-ão informações junto da equipa de acolhimento, através de um questionário, sobre todos os casos em que cessaram os contactos/visitas e sobre todos aqueles em que estes nunca existiram.

Os dados recolhidos foram objeto de organização e de análise estatística (descritiva, inferencial e de conteúdo) e cruzados com as informações recolhidas através da análise documental (triangulação de dados), o que proporcionará a construção de conhecimento útil para a realização do quarto objetivo específico do estudo.

Com o recurso à investigação-ação, já se iniciou o estudo de uma pequena amostra de acolhimentos para que, num trabalho em proximidade, com encontros sistemáticos com todos os protagonistas (acolhedores, crianças, família de origem, técnicos), se possa aprofundar a compreensão dos diferentes padrões de contacto, e os seus impactos nas crianças (quinto objetivo).

Para a última fase do projeto fica a preparação dos workshops e a aplicação do Questionário Casey Foster Parent Inventory – Applicant Version, dirigido aos acolhedores (objetivos 6 e 7).

Todos os momentos do projeto têm ficado marcados pela comunicação aberta e permanente, a tomada de decisão conjunta e a colaboração entre a equipa de investigação e a entidade de enquadramento das medidas de AF.

## PRIMEIROS RESULTADOS

Após obtenção de consentimentos para a participação no estudo, os técnicos das equipas de acolhimento entregaram os questionários aos acolhedores, para que estes os preenchessem mais tarde e enviassem pelo correio para o inED. Os questionários foram, na sua grande maioria (96%), devolvidos pelo correio, após preenchimento. Com os acolhedores que não enviaram os questionários, foram marcadas entrevistas por telefone, para o seu preenchimento.

Foram analisados 217 questionários correspondentes ao número de crianças acolhidas, em Janeiro de 2014, em todo o distrito do Porto, sendo o concelho de Gondomar o que inclui o maior número de crianças em AF (49: 22.6%), seguido do concelho de Lousada com 20 crianças (9.2%). Estas crianças correspondem a 160 famílias de origem e a 140 famílias de acolhimento.

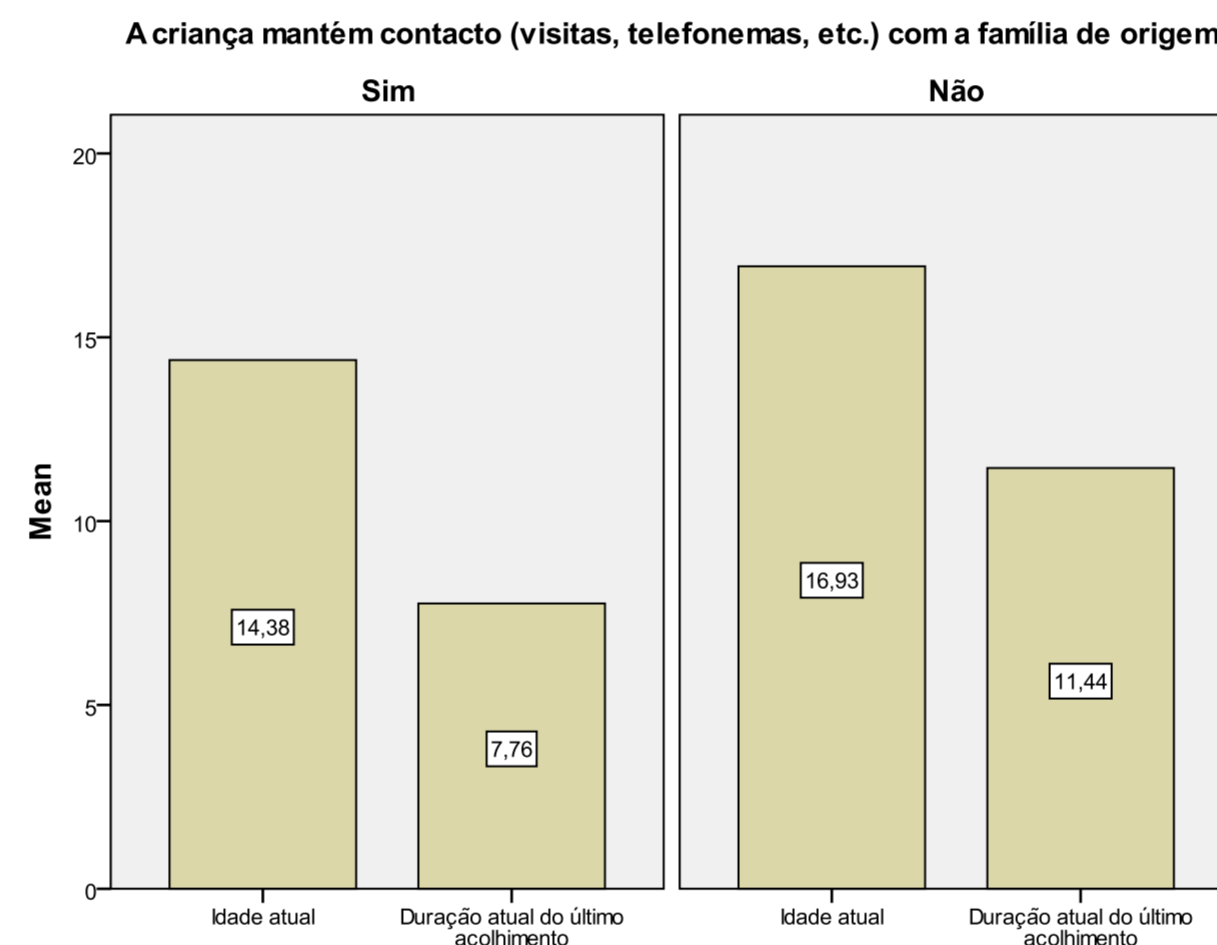
As idades das 217 crianças e jovens em medida de AF distribuem-se desde o primeiro ano de vida até aos 24 anos, situando-se a média nos 15,33 anos (DP = 4.75); importa realçar que mais de metade dos jovens tem idade superior a 14 anos (n=146). Em teste Kolmogorov-Smirnov verifica-se que a distribuição de idades das crianças e jovens não segue uma distribuição uniforme, podendo concluir-se para a população que existe um enviesamento negativo estatisticamente significativo ( $p < .001$ ). A maioria é do sexo masculino (56.2%).

As crianças e jovens encontram-se em média acolhidas há mais de nove anos, havendo no entanto uma diferença estatisticamente significativa ( $t = 1.797$ ;  $p < .05$ ) quando consideramos a duração do acolhimento por género, sendo maior no sexo feminino: a média do tempo de acolhimento para as raparigas situa-se nos 10.57 anos, enquanto para os rapazes é de 9.04 anos.

Quando analisamos em separado as crianças e jovens que mantêm algum tipo de contacto com a família de origem após a medida de AF, reparamos que 87 crianças e jovens acolhidos não mantêm qualquer contacto com a família biológica, sendo a média de idades destas crianças e jovens, bem como o tempo

de acolhimento, superiores aos das crianças e jovens que mantêm algum tipo de contacto. São assim, de um modo geral, as crianças mais velhas e que estão há mais tempo acolhidas aquelas que não mantêm qualquer contacto com a família de origem (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Média de idades das crianças com ou sem contacto



Curiosamente, e embora mais de um terço dos acolhedores refira os esforços que fazem para que as crianças e jovens acolhidos mantenham os contactos com as suas famílias, uma vez que a medida de AF é temporária e a reunificação familiar é o projeto para muitas crianças e jovens, o item referente ao período de acolhimento definido para cada criança não surge preenchido em quase metade dos questionários (42.4%) e nas outras, analisada a informação, apenas 8.3% das crianças tem um período definido de acolhimento, na opinião dos acolhedores. O que significa que a maior parte das crianças e jovens estão numa família de acolhimento sem que os acolhedores tenham conhecimento (consciente) da duração da medida. Ora, esta situação

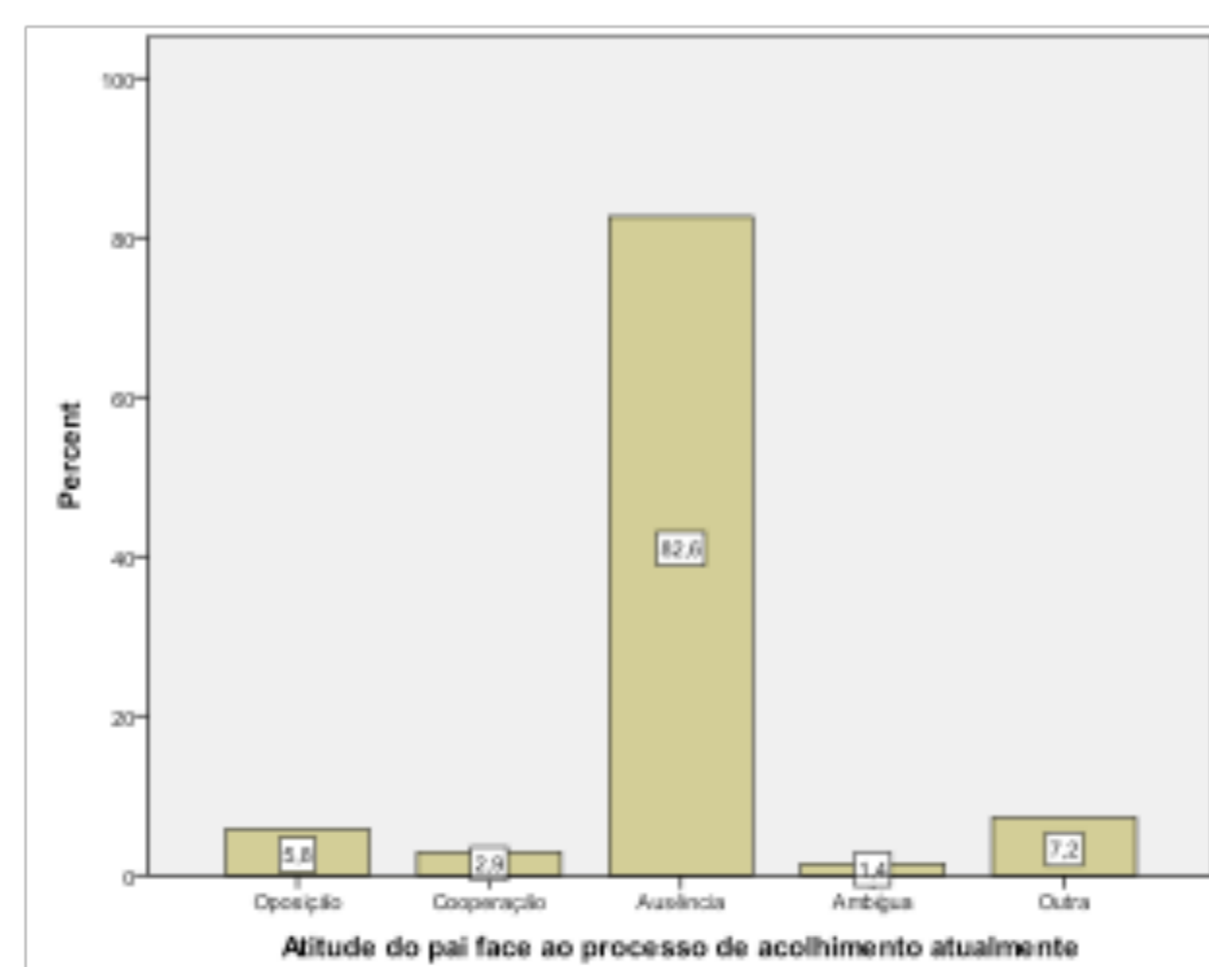
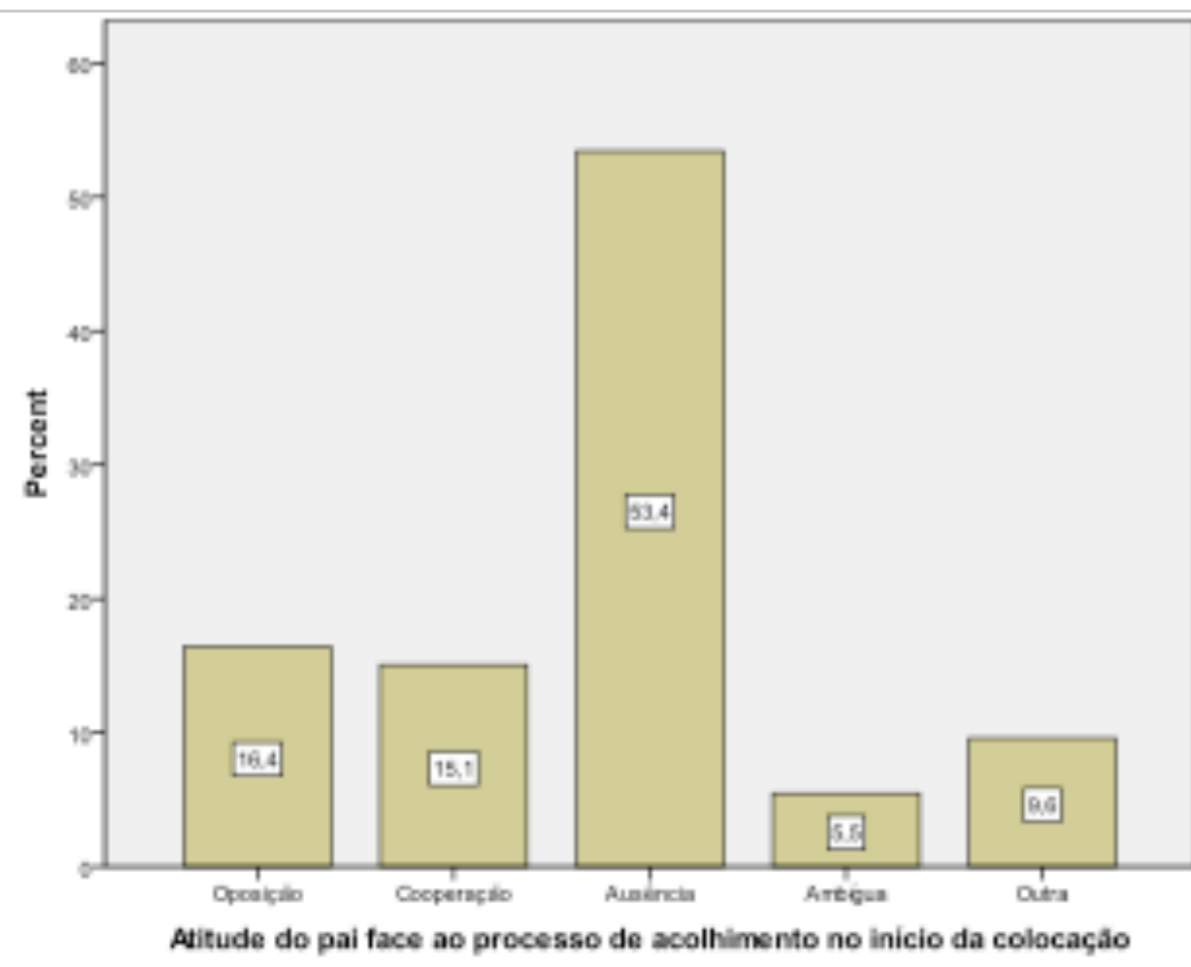
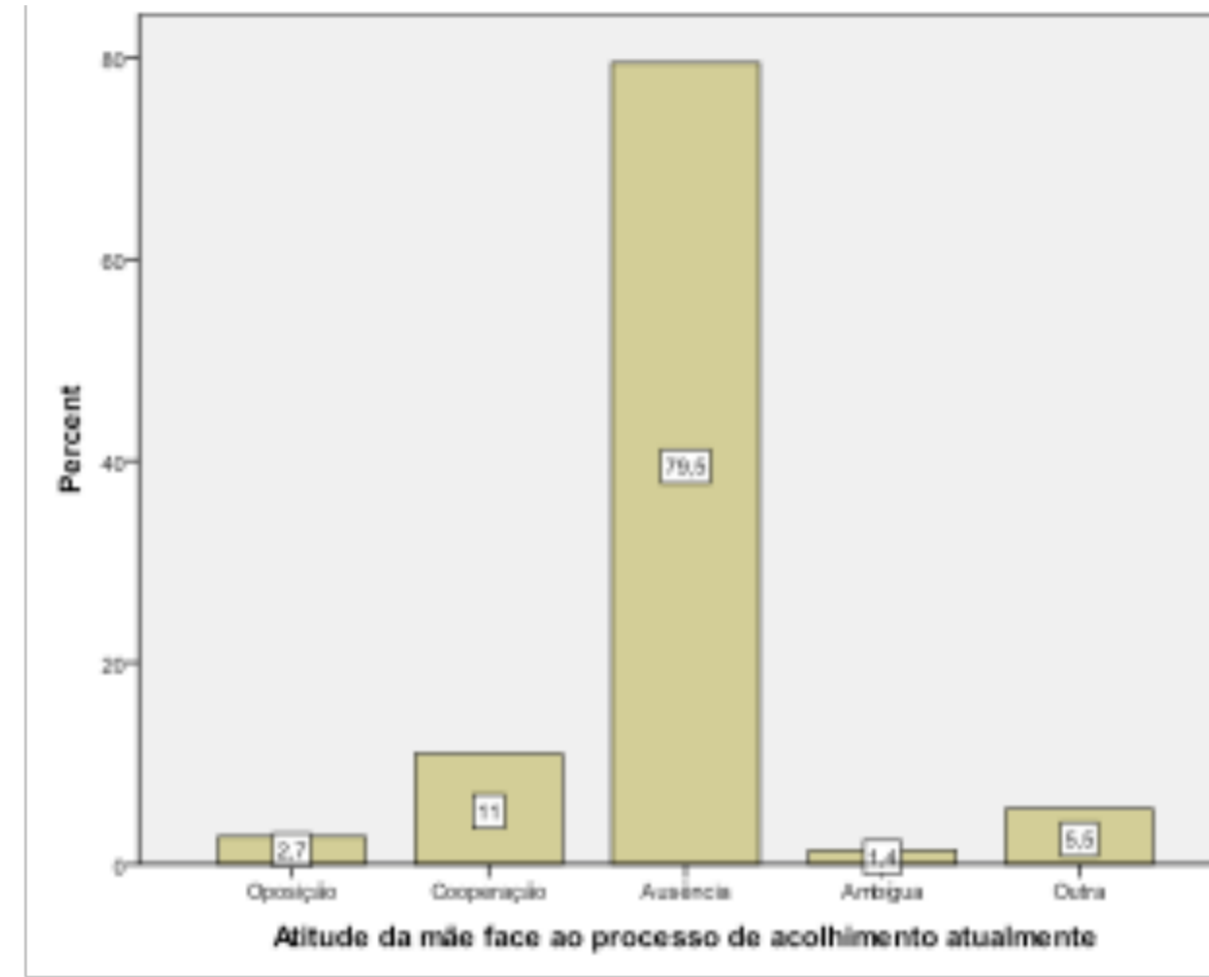
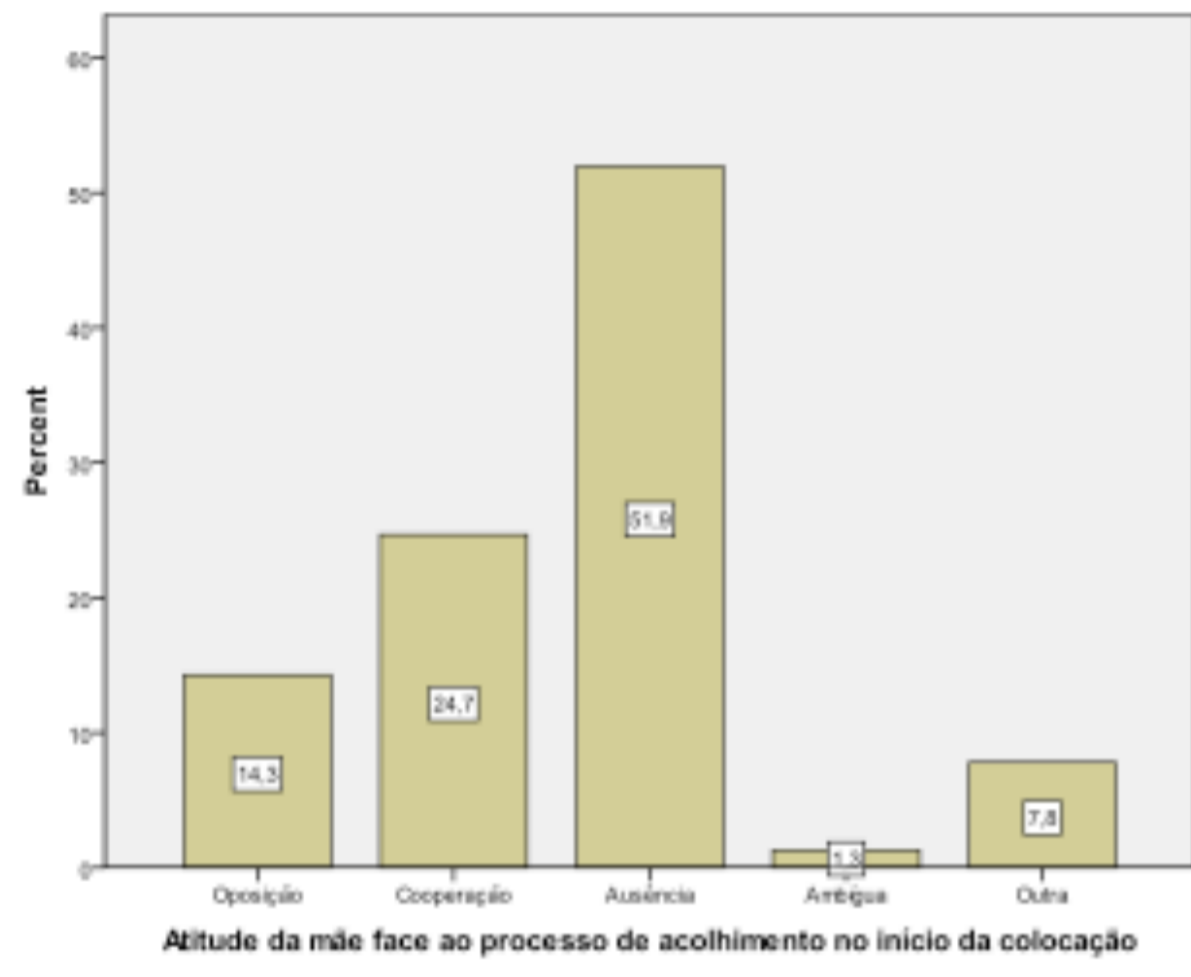
terá, inevitavelmente, implicações nas relações estabelecidas entre criança e acolhedores, havendo lugar ao investimento que o desejo de cada um permita, sem considerar o referencial da duração da medida. Por outro lado, este desconhecimento poderá também trazer maior sentimento de insegurança, dada a indefinição do tempo permitido para a relação. Importa, no entanto, esclarecer que o facto de os acolhedores não responderem à questão colocada, ou responderem “Não sei”, pode ter motivos diversos.

As atitudes dos pais e das mães das famílias de origem face ao processo de acolhimento são referidas pelos acolhedores como tendo sofrido alguma alteração ao longo do período de acolhimento, com diferenças significativas quando analisadas em separado, em função da existência ou ausência de contacto.

Nas situações de ausência de contacto, as atitudes das mães e dos pais são maioritariamente descritas como de “ausência”, quer no início do acolhimento (mães: 51.9%; pais: 53.4%), quer na atualidade (mães: 79.5%; pais: 82.6%). Pela análise do gráfico 2, percebe-se como evoluem as atitudes ao longo do processo: as atitudes das mães, no início, mais distribuídas pelas cinco categorias, com particular expressão para as de “oposição” (14.3%), “cooperação” (24.7%) e “ausência” (51.9%), concentram-se, na atualidade, nesta última, diminuindo significativamente as duas primeiras (2.7% e 11%, respetivamente); tal como acontece com as mães, inicialmente as atitudes dos pais surgem mais distribuídas pelas cinco categorias, com maior incidência nas três primeiras (“oposição”, 16.4%; “cooperação”, 15.1%; ausência, 53.4%), concentrando-se atualmente na “ausência”, baixando todas as outras categorias (Gráfico 2).

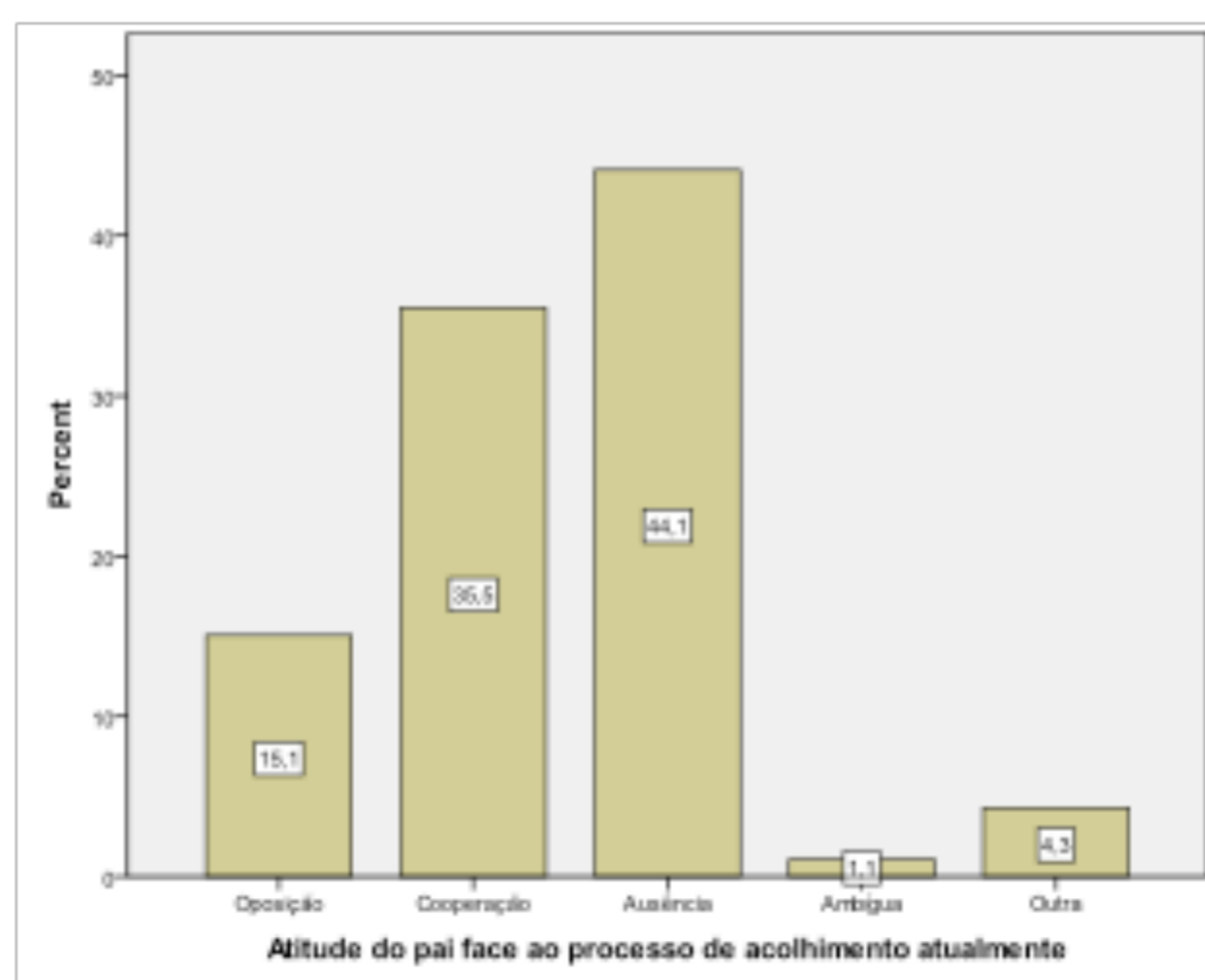
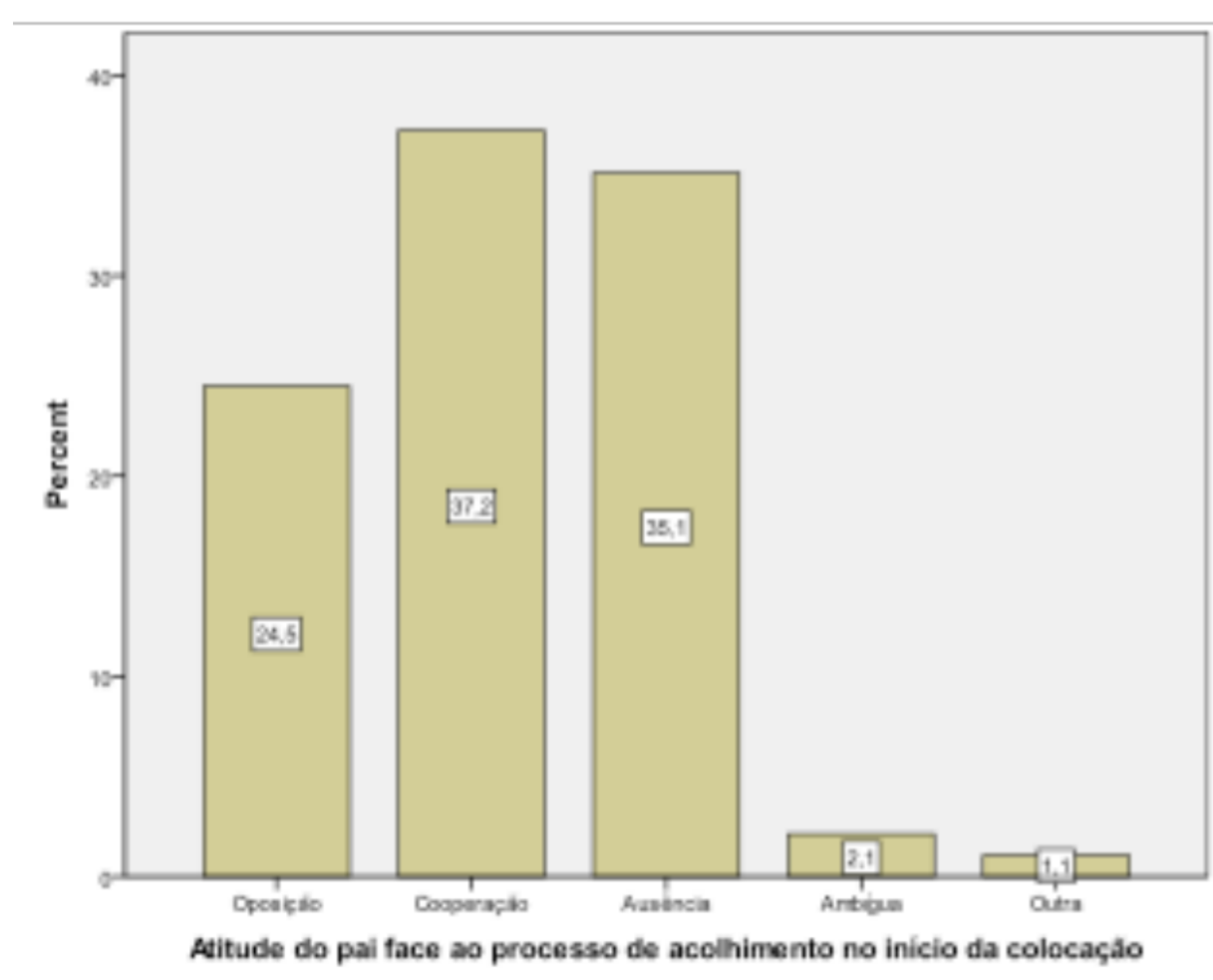
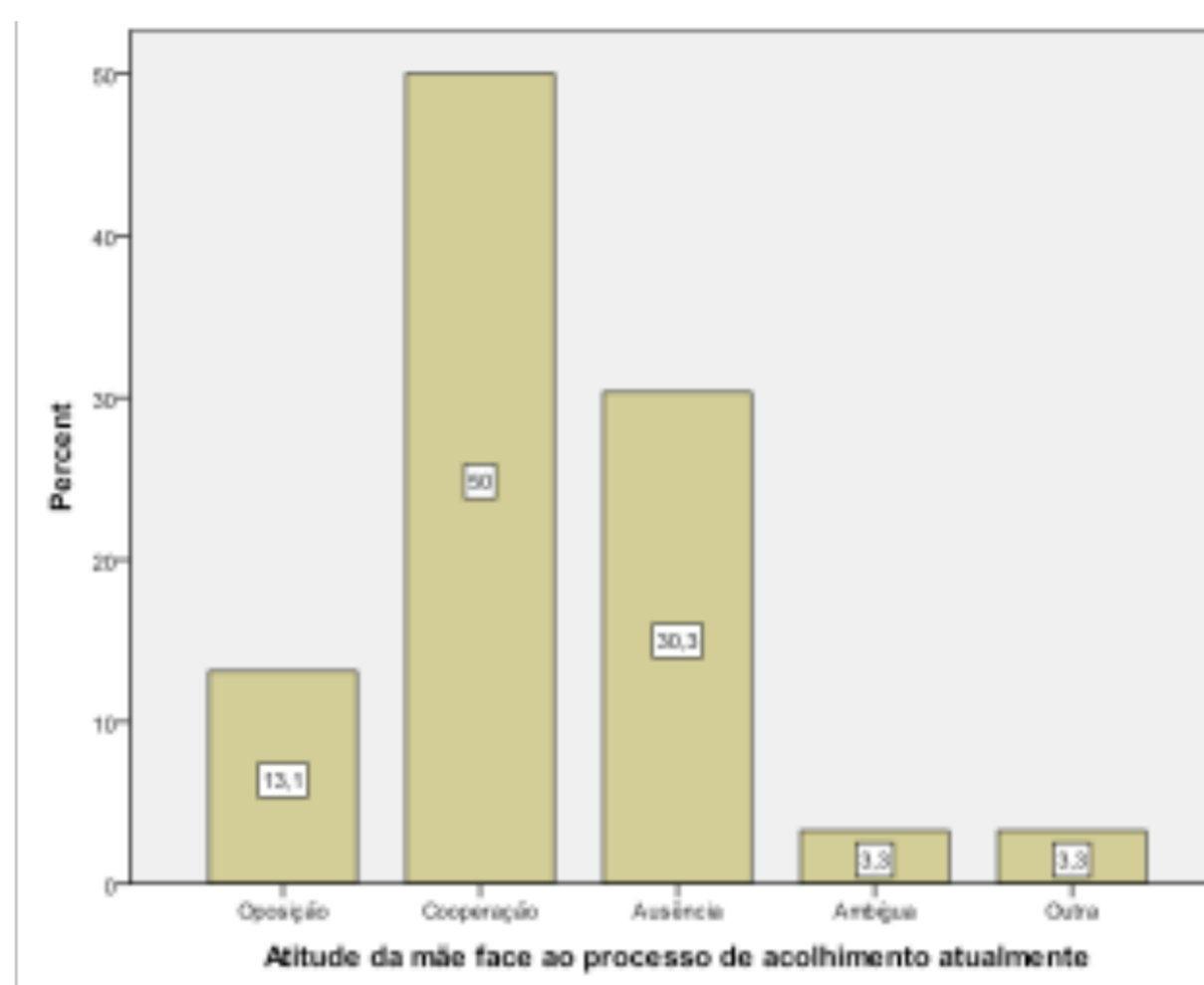
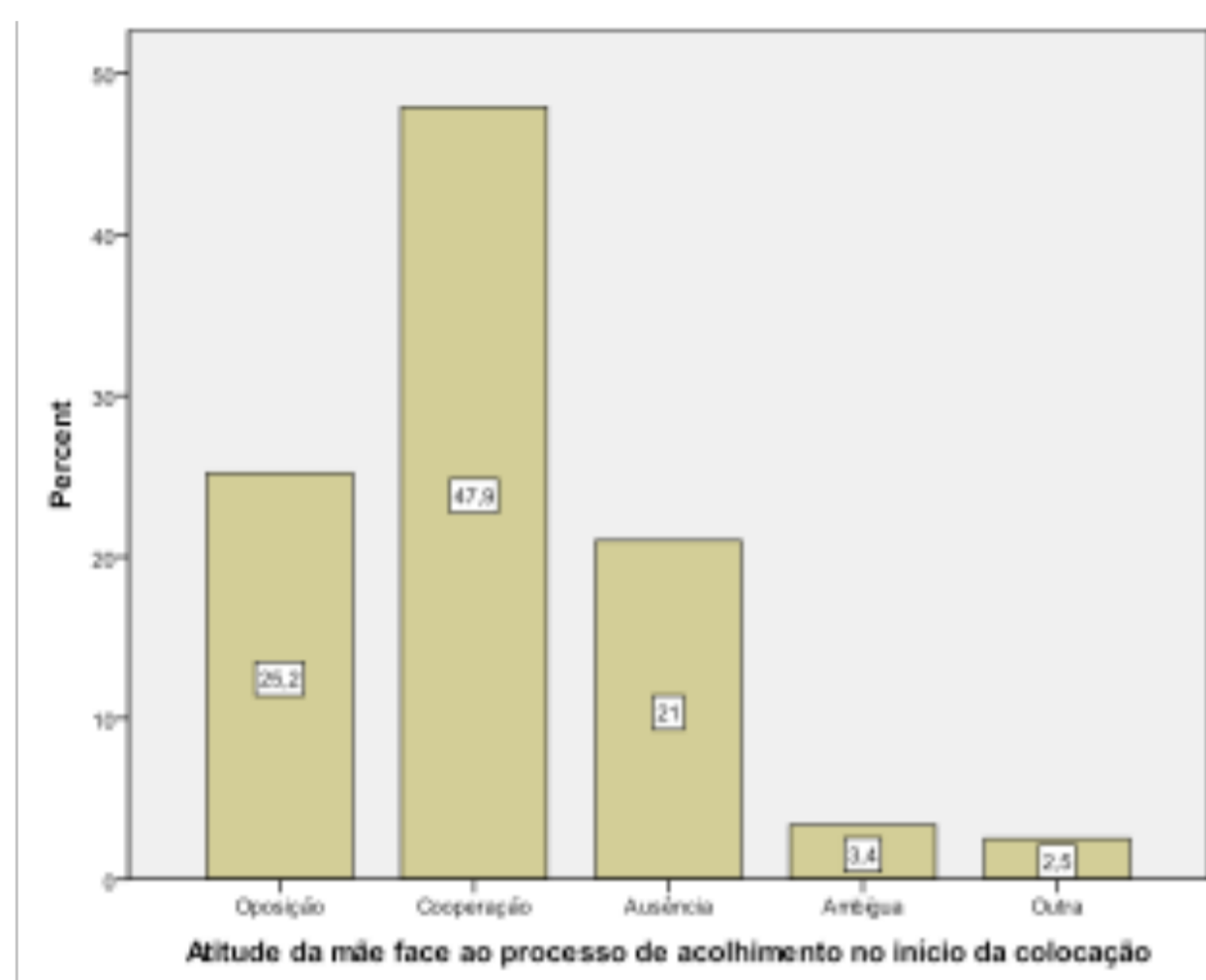
Se pensarmos que estes pais e mães não mantêm contacto com os seus filhos não são de surpreender, numa primeira análise, tais resultados; contudo, importa esclarecer mais aprofundadamente alguns aspetos, nomeadamente o que acontece durante o processo de acolhimento aos pais e mães que inicialmente eram reconhecidos como mantendo atitudes de cooperação e, as razões por que não mantêm contactos aqueles que ainda mantêm uma atitude de “cooperação” na atualidade.

Gráfico 2 - Atitude dos pais de crianças sem contacto



Nas famílias de origem que mantêm contacto com os seus filhos, as atitudes das mães e dos pais, no início da colocação em AF e na atualidade, surgem distribuídas pelas cinco categorias com maior ênfase nas três primeiras. Nas mães, as atitudes de “cooperação” estão fortemente representadas, quer no início do processo (47.9%) quer na atualidade (50%), seguindo-se as atitudes de oposição, que diminuem de forma expressiva de 25.2% no início, para 13.1% na atualidade, e as atitudes de “ausência” que aumentam a frequência ao longo do processo, sobem de 21% para 30.3%. Quanto às atitudes dos pais, e centrando-nos também nas três categorias com maior frequência, elas evoluem de forma diferente ao longo do processo de acolhimento: se no início da colocação as atitudes de “cooperação” e as de “ausência” apresentam valores muito próximos (37.2% e 35.1%, respetivamente), sendo mais baixa a percentagem das atitudes de “oposição” (24.5%), na atualidade, as atitudes de “oposição” e de “cooperação” diminuem de frequência, apresentando maior incidência as atitudes de “ausência” (44.1%) (Gráfico 3). Há que explorar os motivos por que também nas famílias que mantêm contacto com os seus filhos, as atitudes de “ausência” aumentam ao longo do processo. Os acolhimentos prolongados, as idades dos jovens, o grau de satisfação pela medida, alterações nas dinâmicas familiares, entre outros, poderão estar na origem deste fenómeno.

Gráfico 3 - Atitude dos pais de crianças com contacto



Há crianças e jovens que nunca tiveram contacto com a família de origem, após a sua colocação em AF, mas para a grande maioria, estes contactos foram cessando ao longo do processo de acolhimento, diminuindo há medida que aumenta a duração do acolhimento. Os motivos apontados são vários, em maior número, os acolhedores apontam o abandono ou desinteresse por parte dos pais e das mães das crianças acolhidas ou o desinteresse por parte das próprias crianças, e embora as famílias de acolhimento refiram a importância da manutenção dos contactos, a maior parte dos acolhedores não toma iniciativas relativamente à manutenção dos contactos quando estes cessam, apenas 38.8% dos acolhedores afirmam terem feito algumas tentativas para a manutenção do contacto, conversando diretamente com os pais, mães ou outros familiares das crianças, pedindo apoio à equipa de acolhimento ou incentivando as crianças a manterem o contacto com a sua família de origem. Alguns acolhedores referem ainda que tentavam facilitar as deslocações para as visitas quando a distância era apresentada como um problema.

São referidas diversas reações das crianças após a cessação das visitas (tristeza, indiferença, angústia, revolta, alívio, entre outras), embora as respostas referidas com maior frequência sejam as de alívio (25.6%), de indiferença (20%) ou mesmo “sem alterações comportamentais” (22.2%) que, se juntarmos à resposta anterior, significa que quase metade das crianças, segundo os acolhedores, fica indiferente à cessação dos contactos. Importa analisar e interpretar estes dados, em trabalhos futuros, com muita cautela, por quanto se sabe que na infância e juventude, tantas vezes, a indiferença é uma forma de proteção contra a dor depressiva. Contudo, importa realçar que quando os novos vínculos são seguros, há perdas do passado que se suportam muito melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de investigação “Contacto no acolhimento familiar: padrões, resultados e modelos de gestão” está ainda no seu início, mas já abre caminhos para o aprofundamento do conhecimento desta realidade: quem são as crianças e jovens acolhidos que mantêm contacto com as suas famílias, como é que os acolhedores olham as famílias, os contactos e as suas implicações na vida das crianças e jovens acolhidas.

Da escuta dos acolhedores importa agora analisar as dificuldades, as vantagens e desvantagens, os lugares dos encontros. Falta analisar os discursos das crianças e dos jovens produzidos nos grupos focais e dar voz aos pais e às mães que, por tantas razões, umas manifestas, outras que se mantêm desconhecidas, vindas da intimidade de cada existência, perderam um dia os seus filhos, exigindo a intervenção do Estado e da Comunidade.

As crianças, por vezes, ficam presas nestes novelos e teias do passado, mas as novas ligações construídas nas famílias de acolhimento poderão abrir portas para a compreensão e renovação de vínculos com as famílias de origem, não apenas com pais, mas irmãos e outros familiares. Estas experiências podem transmutar-se nas linhas necessárias à cosedura das coisas, à ligação dos espaços e das memórias, evitando que se desfaçam em pequenos fragmentos sem sentido, para assim construir-se história (de vida) e alimentar a esperança de que, um dia, se desejável, seja possível a reunificação familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimiento Familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Colton, M., & Williams, M. (1997). *The world of foster care: an international sourcebook on Foster Family Care System*. Aldershot: Ashgate.
- Colton, M., & Williams, M. (2006). *Global perspectives on Foster Family Care*. Dorset: Russell House Publishing.
- Decreto-Lei nº 11/2008. Ministério de Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República - 1º Série, nº12 - de 17 de Janeiro de 2008, pp. 552-559.
- Del Valle, J. F., López, M., Montserrat, C., & Bravo, A. (2008). *El acogimiento familiar en España. Una evaluación de resultados*. Madrid: Ministerio de Educación, Política Social y Deporte.
- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia e Sociedade*, 22 (2), 336-344.
- Delgado, P. (coord.) (2013a). *O Acolhimento Familiar de Crianças: Evidências do presente, desafios do futuro*. Porto: Mais Educação.
- Delgado, P. (2013b). Natureza e âmbito do Acolhimento Familiar. In P. Delgado (coord.), A. Bertão, I. Timóteo, J. Carvalho, R. Sampaio, A. Sousa et al., *O Acolhimento Familiar de Crianças: Evidências do presente, desafios do futuro* (pp. 23-42). Porto: Mais Educação.
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. S. (2013). Crescer em família: a permanência no Acolhimento Familiar. *Pedagogia Social, Revista Interuniversitaria*, 23, 123-150.
- Eurochild (2010). *Children in alternative care - National Surveys*. Bruxelas: Eurochild.
- Instituto da Segurança Social (2014). *CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Lei nº 147/99. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República - 1º Série - A, nº204 - de 1 de Setembro de 1999, pp. 6115-6132.
- Mañes, R.J.M. (2004). El proceso de valoración para la propuesta de idoneidad de los candidatos a familia educadora. *Pedagogía Social, Revista Interuniversitaria*, 11, 319-337.
- Sampaio, R., Bertão, A., Timóteo, I., & Carvalho, J. (2013). Perfil das crianças e jovens. In P. Delgado (coord.), A. Bertão, I. Timóteo, J. Carvalho, R. Sampaio, A. Sousa et al., *O Acolhimento Familiar de Crianças: Evidências do presente, desafios do futuro* (pp. 49-57). Porto: Mais Educação.
- Soares, N. (2005). *Infância e Direitos: participação das crianças nos contextos de vida – Representações, Práticas e Poderes* (Tese de Doutoramento). Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6978>
- Timóteo, I. & Alheiro, A. (2013). As perspetivas das crianças acolhidas. In P. Delgado (coord.), A. Bertão, I. Timóteo, J. Carvalho, R. Sampaio, A. Sousa et al., *O Acolhimento Familiar de Crianças: Evidências do presente, desafios do futuro* (pp. 141-172). Porto: Mais Educação.
- Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos 3*, vol. II, 1, 11-26.
- Triseliotis, J., Borland, M., & Hill, M. (2000). *Delivering Foster Care*. London: BAAF.